

A FAMÍLIA COMO SISTEMA DE RELAÇÕES INVESTIDAS

P. CARLOS GONÇALVES

A proclamação de 1994 como o ano internacional da família pela Assembleia Geral das Nações Unidas e acolhida pela Igreja, com o enfoque principal em actividades de nível nacional e local, é a prova do crescente interesse pelos assuntos da família e da preocupação internacional acerca das ameaças à família como comunidade básica. O tema central escolhido para o AIF: “a família, capacidades e responsabilidades num mundo em transformação”, permitirá aprofundar, no limiar do séc XXI, o grau de estabilidade e perenidade da família face às mudanças demográficas, sociais, culturais, religiosas, económicas e tecnológicas.

A imagem da família que quase instintivamente vem à mente da maioria é a de um lugar estável de segurança e de paz, onde se nos aceita e ama mais pelo que somos do que pelo que fazemos. Neste contexto aprendemos a difícil arte de construirmos relações connosco mesmos e com os outros e prepararmo-nos para realizar a nossa tarefa no mundo. Como a família tem um carácter vital e está profundamente vinculada com dimensões importantes da pessoa (procriação-educação dos filhos) quase automaticamente se pode chegar a pensar que a família é socialmente inamovível, sentindo-a como um refúgio onde nos podemos proteger contra todos os vendavais socio-culturais das várias gerações.

Uma reflexão sobre a família que parta destes pressupostos estáticos, seria juntar-nos ao coro das lamentações dos que choram a crise e a agonia da família que já não existe com essas configurações. A família não

é uma instituição estática, nem uma noção abstracta, nem um sujeito neutro. Mas é uma entidade viva, funcionando em realidades específicas e muito concretas. A variedade dos seus conceitos, modelos e formas em diferentes sistemas socio-políticos e culturais necessita uma variedade de grelhas de análise para evitarmos ser reducionistas.

Um célebre sociólogo do séc. passado fez uma prospecção sobre estas mudanças estruturais na família dita tradicional: “Nos povos democráticos, há constantemente novas famílias que surgem do nada, outras que sucumbem, e todas aquelas que perduram mudam de rosto; a trama do tempo rompe-se a todo o momento e o vestígio das gerações apaga-se... apenas os que nos são mais próximos nos interessam”.¹

A sociedade igualitária e democrática iria desenvolver novas formas familiares mais estreitas e menos ciosas em reproduzir o passado. Assim as famílias dos países industrializados, mostraram-se mais preocupadas com a intimidade do que com as grandes solidariedades, mais orientadas para a promoção da sua qualidade de vida familiar do que para a preservação dos valores tradicionais da família.²

No último quarto deste séc. os equilíbrios que pareciam assegurados revelam-se frágeis. Em poucos anos os comportamentos modificam-se profundamente e perdem a sua pregnância; instituições tão imemoráveis como o casamento declinam. Alguns inquietam-se, outros regozijam-se. Todos gostaríamos de saber se as turbulências actuais constituem um acidente passageiro ou anunciam mudanças duráveis, interrogando-se sobre a direcção das próximas mudanças. Como estamos ainda a contas com o tumulto das bruscas mudanças, será melhor aguardar o fim destas agitações para então fazer o balanço com alguma objectividade e distanciamento. No entanto, quer queiramos quer não somos constrangidos a fazer uma representação do futuro, porque recusar reflectir sobre o futuro é renunciar compreender o presente.

“Recusar toda a abordagem prospectiva é, de novo, abandonar-se ao inesperado e contentar-se em não jogar na evolução, contentando-se com um simples papel de figurante. Pretender ser actor é, antes de mais, representar o futuro e saber como reagir a ele. Impossível portanto, renunciar à tentativa arriscada de imaginar o futuro a partir do presente”.³

¹ TOCQUEVILLE, ALEXIS, *Ouvres Complètes*, Ed. Gallimard, Paris 1967, pp.105-106.

² SENNET, RICHARD, *La famille centre de la ville*, Ed. Encre, Paris 1980.

³ ROUSSEL, L., *O Futuro da Família*, em “Sociologia-Problemas Práticos”, n°11, Lisboa 1992, pp.166.

É, no entanto, aconselhável fazer tais previsões com prudência. Seria um grave erro científico atribuir o mesmo grau de fiabilidade a conclusões prospectivas do presente. Torna-se então necessário, distinguir as previsões seguras, que partem de dados já consolidados, das meras hipóteses que a situação actual torna simplesmente possíveis.

O certo é que hoje constatamos, o aumento crescente de famílias em ruptura pelo divórcio dos pais. Aumentam aquelas famílias que se apoiam na fragilidade duma convivência fáctica sem compromisso jurídico; abundam as famílias de recasamento, as famílias de educador único (monoparentalidade)... Estes dados são reais e terão que se ter em conta à hora de fazer uma reflexão global sobre a família. Só abrindo bem os olhos a esta complexa realidade da família evitaremos tanto os sonhos que nos mergulham na ilusão, como os pesadelos que nos mergulham na desesperança e no pessimismo, evitando fazer a política da avestruz, mas sendo corajosos no confronto com os desafios desta cultura da pós-modernidade que parece ameaçar este recôndito até então intocável.

Mas a preocupação séria não deve lançar-nos no pânico da irracionalidade, mas a uma aproximação à família com responsável serenidade, procurando iluminar esta realidade em crise que parece escapar-nos. Esta Semana de Espiritualidade pretende ser uma oportunidade privilegiada para nos aproximarmos a esta realidade que amamos, para a percebermos mais profundamente, a reforçarmos e afirmarmos a nossa determinação de nos comprometermos na recriação contínua desta organização humana que sobrevive num mundo em turbulência, para oferecer ao homem um espaço de confiança, segurança, unidade, solidariedade e apoio.

A família como sistema aberto: abordagem sistémica da família.

A família, considerada como um sistema especial de comunicação é abordada na teoria geral dos sistemas, ou teoria sistémica. Esta perspectiva surge nos anos 70, atribuindo-se a Bertalanffy e à escola de Palo Alto. Esta abordagem parte da noção de sistema; sendo uma complexidade organizada com múltiplos elementos que estão em interacção no seu interior e com o exterior, havendo uma troca de informações que interferem no equilíbrio do

sistema, provocando novos desenvolvimentos. Os sistemas podem ser abertos ou fechados. Os sistemas abertos estão em interacção com o meio, registando-se uma permuta de informação, de materiais e energia, provocando alterações no interior do sistema e este no meio; os sistemas fechados são resistentes à troca de informação tendendo à auto-destruição (entropia), porque se reduzem aos seus nichos ecológicos que não permitem o desenvolvimento e mecanismos de adaptação ao meio selectivo envolvente.

A teoria sistémica permite-nos compreender que o que constitui a realidade da família é um conjunto de relações entre os seus membros ao longo da sua história desenvolvimental. Uma mudança num dos membros do sistema familiar produz modificações ou flutuações nos outros membros, que deve levar a um novo equilíbrio, diferente do anterior e qualitativamente superior. Como todos os elementos da família não mudam ao mesmo tempo, as diferenças, semelhanças, rupturas vão emergindo ao longo do ciclo vital da família como desafios constantes ao sistema familiar que o dinamiza a novos desenvolvimentos. A família conceptualizada como sistema aberto é constituída por um conjunto de elementos, que se constituem em sub-sistemas em interacção, sendo uma complexidade organizada de partes distintas e com determinados atributos, funções, papéis, cuja finalidade última é promover o desenvolvimento físico e psicossocial de todos os seus membros, bem como transmitir os padrões de cultura da própria família. A família como sistema aberto comporta todas as propriedades de qualquer sistema:

– Totalidade ou corolário da não somatividade: o sistema não é igual à soma das partes, porque qualquer alteração numa das partes provoca alterações no seu todo, havendo uma interdependência sistémica. Perceber o meio onde o sistema se desenvolve, é uma variável fundamental para entender e perceber o funcionamento do sistema.

– Retroacção e feed-back: existe uma relação circular em todo o sistema, sendo os mecanismos de retroacção e feed-back que garantem a estabilidade sistémica, permitindo que o sistema atinja um novo equilíbrio dinâmico interno e externo: homeostase sistémica;

– Teleologia: todo o sistema está orientado para uma determinada finalidade e auto-regulação em função dum objectivo: a auto-organização do sistema;

– Lei da dissipação/lei da evolução: Os sistemas fechados tendem para a destruição; os sistemas abertos, têm a capacidade de dissipar as

estruturas destrutivas e atingir níveis de auto-organização cada vez mais complexas e integradas.

A família surge como um contexto natural de desenvolvimento e vinculação, sistema que desenvolve ao longo do tempo padrões de interacção que regulam o comportamento dos seus membros. Na interacção familiar, cada membro constitui-se em diferente subsistema que é simultaneamente todo e parte do sistema; porque cada subsistema exerce uma energia competitiva no sentido da autonomia e simultaneamente uma energia integradora como parte do sistema. Cada parte contém o todo e o seu “mapa mundi”, e o todo contém a parte. Ou seja, a família é um sistema de relações organizado em função de determinados objectivos comuns que os membros da família separadamente não podem atingir. Mas este sistema de relações não acontece por acaso; tem uma história comum que lhe confere uma identidade própria. “Como a família tem necessidade constante de reorganização e diferenciação, a continuidade desta identidade é permitida pela reestruturação ou criação de novos reportórios de interacção que permitem a adaptação e conseqüentemente o desenvolvimento da família como um todo”.⁴

Mas a família também está inserida numa comunidade e numa cultura, exercendo-se influências recíprocas. Como um sistema aberto e total, está sujeita à adaptação dos seus membros, o que implica uma transformação e remodelação contínua, mantendo a sua identidade sistémica.

Deste modo o sistema familiar é constituído pelos seguintes sub-sistemas em relação:

a) Sub-sistema individual:

É constituído pelas determinantes pessoais de cada sujeito, as suas características de personalidade, a sua história de vida pessoal, familiar e social; ou seja, é a cultura familiar e social, a memória histórica da sua origem que é transportada para o sistema novo que vai construir.

b) Sub-sistema conjugal:

Este sub-sistema constitui-se quando homem e mulher decidem dar início a um projecto de vida a dois. O amor dum homem e duma mulher,

⁴COSTA, EMILIA, *Divórcio, Monoparentalidade e Recasamento*, Ed. Asa, Porto 1994, p.22.

entre outras coisas, é o encontro de duas memórias históricas, de duas culturas diferentes transportadas das famílias de origem para um novo sistema. Cada um dos elementos traz um conjunto de valores, expectativas, ideias, padrões de comunicação e preferências que terão de renegociar fazendo cedências, perdendo em individualidade mas ganhando em termos de pertença ao sistema que constituem. Sem querer reproduzir o passado, ou o “mapa mundi” da família de origem (a cultura familiar) é, no entanto, necessário partir da história pessoal de cada um para construir um novo sistema. Não se pode, ou melhor, não se deve, impôr ao outro, hábitos, padrões de funcionamento, valores da cultura familiar de origem, mas juntos devem recriar, mediante o diálogo e o amor, as bases duma nova cultura familiar.

Por isso deve-se estar atento a esta nova cultura que emerge do novo lar, ao novo projecto que não será de um nem doutro, mas dos dois, a ser sistematicamente reformulado quando surgirem novos elementos — os filhos — no sistema, que aportarão novas transacções que provocarão novos equilíbrios mediante crises de desenvolvimento do sistema.

É importante que cada um dos conjugues desenvolva uma intimidade crescente com o outro, mas também uma intimidade para consigo próprio, delimitando fronteiras, para evitar uma relação intrusiva e não respeitadora da privacidade de cada elemento do sub-sistema. Este deve definir um conjunto de regras flexíveis para que cada um dos seus membros lide com o mundo extra-familiar de forma adaptativa, facilitando o desenvolvimento.

O sub-sistema conjugal é vital e determinante para o desenvolvimento dos outros sub-sistemas e para o desenvolvimento da família, pois é nele que se faz a aprendizagem dos afectos, sentimentos, pensamentos, comportamentos, visões de vida, formas de lidar com os conflitos, a socialização... Quando este sub-sistema não funciona a sua disfuncionalidade repercute-se em todo o sistema familiar.

A disfuncionalidade do sistema conjugal pode ter a sua origem, entre outras, no grande distanciamento-décalage entre o desenvolvimento cognitivo, afectivo e social entre os membros do casal, por uma comunicação deficitária a nível de casal, pela ausência de negociação de regras que deveriam regular as interações familiares, pela falta de capacidade de cedências nas divergências que poderão surgir, pela falta de capacidade de se perdoarem e desculparem nos momentos de crise e fragilidade, pela ausência de capacidade para recriarem sistematicamente o amor, e ainda pelas expectativas irrealistas e fantasiadas em relação a um projecto de vida a dois.

c) Sub-sistema parental:

Este sub-sistema constitui-se quando nasce o primeiro filho. É um sub-sistema que tem como função fundamental a socialização e desenvolvimento dos filhos a nível das expectativas, da satisfação de necessidades, de regras eficazes de funcionamento, adequação de comportamentos, estilo de lidar com os problemas, capacidade de negociação, integração afectiva e social.

À medida que os filhos crescem e as suas necessidades se transformam, o sub-sistema parental deve também flexibilizar-se e modificar-se no sentido duma maior participação e corresponsabilização dos filhos nas decisões da família, na renegociação de regras de funcionamento da família, tornando-se a autoridade paterna/materna mais flexível. É importante que nesta flexibilização e passagem de informação entre os vários sub-sistemas que não se eliminem as fronteiras dos vários sub-sistemas; ou seja, o subsistema parental não pode eliminar as fronteiras do sistema conjugal, bem como do sub-sistema fraternal, perdendo a sua privacidade e gerando intrusões abusivas e problemas de diferenciação nas várias identidades.

d) Sub-sistema fraternal:

É o sub-sistema constituído pelos irmãos. É o primeiro grupo de pares que a criança dispõe num contexto de segurança para as primeiras aprendizagens de regras de negociação, cooperação e socialização entre iguais; estas aprendizagens serão fundamentais para lidar com os sistemas extra-familiares como a escola.

Entre cada sub-sistema existem fronteiras que permitem a privacidade e a diferenciação entre cada sub-sistema, mas estes limites não deverão ser tão rígidos e inflexíveis que dificultem a troca de informação necessária ao desenvolvimento do sistema familiar como sistema aberto.

A crise da família como factor de desenvolvimento: o ciclo vital da família

O ciclo de vida familiar configura-se num conjunto de acontecimentos universais previsíveis, apesar das variações culturais, desencadeadores de mudança e adaptação da organização familiar. O casamento, a maternidade, a paternidade, a entrada dos filhos na instituição escolar, o desemprego,

go, os problemas da adolescência, a permanência cada vez mais prolongada dos filhos adultos na família e a experiência do “ninho vazio” a morte dum dos conjuges... são exemplos destes acontecimentos marcantes que caracterizam o ciclo de vida familiar, funcionando como um guia de referência para a construção do projecto de vida do indivíduo e da família. O desenvolvimento da família processa-se em função da interacção dos membros que a constituem e da forma como lidam com as diferentes transições do ciclo de vida familiar; são os processos inerentes às transições que definem o desenvolvimento familiar.

Pais e filhos estão em desenvolvimento contínuo ao longo do ciclo vital. Assim, numa família encontram-se elementos em diferentes níveis de desenvolvimento e, conseqüentemente, diferentes tipos de relação. Indivíduos que se situam em níveis mais complexos de desenvolvimento têm uma melhor percepção da realidade, têm relações mais satisfatórias com os outros e são geralmente mais competentes nas várias tarefas da vida, são mais flexíveis permitindo-lhes funcionar em consonância com as exigências das situações.

As famílias cujos membros funcionam em níveis pouco complexos de desenvolvimento, tendem a ser fechadas, rígidas, autoritárias e têm dificuldades de comunicarem emoções e sentimentos. Ao contrário, famílias com níveis superiores de desenvolvimento tendem a ser mais abertas, com pais capazes de manterem o funcionamento familiar, fazendo a integração das necessidades do sistema como um todo, tendo em conta as necessidades individuais. Estas famílias lidam construtivamente com os conflitos e exprimem sentimentos com facilidade.⁵

No desenvolvimento da família não se alternam regularmente períodos de estabilidade com períodos de crise, mas é um processo contínuo de superação de crises que pode conduzir a novos desenvolvimentos qualitativamente majorantes. Mas como no processo de crescimento da pessoa, podem acontecer, a progressão, a fixação e a regressão.

A) Etapa de formação da família:

O sub-sistema conjugal é o eixo à volta do qual giram todos os outros sub-sistemas. Com razão se vem afirmando que os esposos são os arquitectos da família. Mas esta relação conjugal é o resultado dum longo processo que começa no noivado, continua no casamento e culmina com o início do matrimónio.

⁵ COSTA, EMILIA, *op.cit.*, 1994, pp.21-22.

a) Fase do noivado:

É um período decisivo para a construção de um novo sistema familiar. Está marcado por um processo de enamoramento, desempenhando um papel importante a idealização da pessoa amada. As motivações que levam os jovens à decisão de se unirem em matrimónio são muitas vezes inconscientes: ou para fugirem da família de origem, ou porque estão apaixonados, para terem filhos, ou outras, como responder ao que socialmente se espera deles.

Nesta fase a crise surge quando existe uma grande “decalage” entre as expectativas fantasiadas e a realidade; ou quando têm que abandonar a família de origem, exigindo uma forte capacidade de ruptura. Ultrapassar esta crise pode ser uma oportunidade de desenvolvimento.

b) Período do casamento:

O casamento é uma cerimónia muito importante para o casal e para as famílias de origem. Os rituais, que muitas vezes podem parecer supérfluos, podem ser determinantes para modificar substancialmente as formas de relação mútua sem desajustes.

A crise nesta fase gira à volta da desvalorização dos aspectos institucionais da relação, querendo dar apenas importância exclusivamente à dimensão afectiva/emocional; e ainda a angústia que algumas pessoas sentem em tomar uma decisão tão determinante para a sua vida. Se pessoas com forte capacidade de decisão lhes custa assumir uma decisão definitiva como é o casamento, quanto mais não custará a pessoas indecisas.

c) Período de início do matrimónio:

Ao iniciar-se um projecto de convivência a dois, deve-se estar disponível para uma série de negociações e acordos: partilha das tarefas domésticas, definição das relações a estabelecer com o sistema exterior, capacidade de tomar decisões, o exercício de autoridade... sem estes acordos, de preferência explícitos, a convivência torna-se insuportável.

A crise nesta fase situa-se nos primeiros desacordos e nos silêncios incómodos; cada membro do casal vai para o casamento com expectativas e aspirações diversificadas, por vezes irrealistas e fantasiadas, daí que surjam naturalmente os primeiros desacordos, que se não são comunicados e negociados mediante cedências poderão dar origem a um ambiente de crítica e acusação mútua e mesmo à escalada agressiva.

Os pais do novo casal, nomeadamente a mãe, tendem a imiscuir-se demasiado nos assuntos e decisões do novo lar, daí a precaução de estar muito atento na delimitação de fronteiras, evitando posições rígidas de rupturas bruscas. Começam a surgir as primeiras desilusões no confronto com a realidade exigente. Mas passar duma idealização do outro para o aceitar na sua realidade, pode contribuir decisivamente para o amadurecimento do casal.

B) Etapa de desenvolvimento da família:

Inicia-se com os primeiros sinais do nascimento do primeiro filho e conclui-se com a etapa do "ninho vazio" e a morte dum dos cônjuges.

a) O nascimento do primeiro filho:

A espera do primeiro filho costuma criar mudanças significativas no sistema familiar. A relação do casal vê-se afectada pelas fantasias acerca de como será o bebé, se serão competentes para desempenharem o papel de pais. Quando nasce o filho, o jovem casal distancia-se mais das suas famílias de origem; ao serem pais são menos filhos, procurando reforçar os vínculos a nível da família nuclear. A responsabilidade de criarem um filho exige deles novos compromissos.

A crise nesta fase, normalmente centra-se nas dificuldades de identificação: o ter que desempenhar o papel de pai ou de mãe correndo o risco de reproduzirem os modelos dos seus próprios pais; pode surgir também uma rivalização pelo afecto da criança, porque frequentemente os pais caem na tentação de considerar o bebé como propriedade privada de cada um deles e projectar nele expectativas que eles não conseguiram atingir. Também podem surgir conflitos quanto à partilha das tarefas dos cuidados de higiene, alimentação, lazer da criança, bem como quanto à definição de regras e tomadas de decisão fundamentais que garantam o funcionamento da família: onde deixar a criança durante a jornada de trabalho, na creche, na ama, nos avós?

b) Período escolar:

Inicia-se quando os filhos começam a ir para a escola; a família, a partir de agora, tem de relacionar-se com um novo sistema, bem organizado e com muita importância: a escola. À família colocam-se novos desafios, como a redefinição de regras familiares: quem ajuda nas tarefas escolares, quem faz o acompanhamento na escola, definição do tempo de estudo e

tempos de lazer; como ocupar os tempos livres de forma recreativa; hora de levantar-se, e deitar-se, controle dos meios de comunicação social, que atitudes assumir frente aos resultados escolares... Por outra parte, a criança apercebe-se que nas famílias dos seus amigos existem regras diferentes e tenta introduzi-las na sua, confrontando o sistema familiar.

Nesta fase a crise situa-se à volta dos problemas exteriores trazidos para o interior do sistema: como a escola, as famílias dos colegas; parece ser o primeiro teste para os pais como educadores competentes, estando muito dependente do êxito ou insucesso escolar dos filhos e da sua integração social com o grupo de pares e com os professores.

c) Período da Adolescência:

Nesta fase não é infrequente que aconteçam choques violentos com os filhos adolescentes, que representam outra cultura e assumem um estilo de vida próprio: no vestir, na política, nas necessidades de saírem à noite, na visão própria sobre problemas do mundo que os rodeia, como: a droga, álcool, sexo. Fruto da insatisfação consigo próprios, conseguem criar nervosismo e ansiedade nos seus pais. Exigem mais autonomia e menos controle por parte dos pais, precisamente quando não costumam ser muito responsáveis.

Nesta fase a crise situa-se fundamentalmente à volta da dificuldade dos pais de aceitarem a desvinculação progressiva dos filhos, em ordem a uma autonomia. Alguns pais podem ser tão possessivos em relação aos filhos que não lhes permitem uma desvinculação para novos investimentos fora do sistema familiar, criando fortes problemas de culpabilização e de imaturidade psico-afectiva. Outros, podem tornar-se tão permissivos, para evitarem o autoritarismo, que correm o risco de caírem no igualitarismo que inevitavelmente levará à confusão de papéis de educador/educando, e à consequente ausência de modelos de referência.

d) Etapa de contracção da família ou do "ninho vazio":

Começa com o abandono da família por parte dum dos filhos e culmina quando o casal se encontra só. Toda a família entra em re-estruturação e o casal deve construir um novo tipo de relação como casal. O casal encontra-se só, como no tempo de recém-casados, mas sem o aliciante sexual, nem o desafio de consolidar um futuro profissional que nesta altura já atingiu o seu apogeu, nem o estímulo dos filhos. Esta crise pode provocar um empobrecimento, e caírem numa profunda melancolia e depressão; mas também pode ser ocasião magnífica de desenvolvimento do casal, se apro-

veitarem as experiências acumuladas e decidirem realizar sonhos e expectativas que tiveram de adiar pela dedicação aos filhos.

Considerar a família como algo estático é algo como pretender ver um filme, olhando para um único fotograma; desejar um desenvolvimento pacífico, sem crises e dificuldades, é pura utopia, porque a crise é dinamismo e motor do desenvolvimento da família. Existem crises que tendem a desaparecer e outras que tendem a persistir. Conhecer o ciclo vital da família facilita a compreensão de certas situações familiares que, sendo normais e facilitadoras do desenvolvimento numa determinada etapa, podem ser prejudiciais e patológicas noutras.

Os grandes desafios com que se confronta a família hoje

A família está em plena mutação tendo perdido muitas das suas funções tradicionais. A família, como sistema aberto, sofre a concorrência preocupante das profundas alterações registadas na vida moderna. Constatamos mudanças nas formas de pensar, sentir e actuar. Os hábitos de vida e os costumes tendem a diversificar-se cada vez mais. Alguns interpretam esta situação como o princípio do fim. A família, segundo estes, caminha directamente para a destruição e para o desmoronamento, deixando-se evadir pela desilusão, a desesperança, caindo na lamentação fácil levando-os à inactividade.

Para outros a crise da família actual não é uma derrota mas uma encruzilhada. Encontramo-nos diante das consequências do deslumbramento de uma nova época na história da família. Não é hora de ceder a fatalismos, a desalentos. O momento é de grandes e comprometidas decisões, que façam brotar novas possibilidades de desenvolvimento familiar, pessoal e comunitário. Frente ao modelo tradicional de família, é necessário que surjam novos modelos — um único modelo não se adapta com o pluralismo social da nossa cultura marcada pela multidiversidade — que tentem integrar criativamente o melhor da família do passado, abertos sistematicamente aos elementos positivos das novas circunstâncias históricas.

Parece que a família, símbolo duma civilização monolítica do ponto de vista cultural e religiosa, a família, pilar da ordem e da tranquilidade, eixo da disciplina e da hierarquia, a família patriarcal está no seu declínio. É

pelo menos, o que pensa a maioria dos portugueses. Dois terços da população consideram que a família está em crise; como revelam os resultados duma sondagem da Norma, para este ano Internacional da família, publicada na revista Magazine, do Jornal de Notícias de 29/5/94. À pergunta “acha que a família está em crise?”, 66,8% dos entrevistados não hesitou em dar uma resposta positiva, um terço (27,5%) pensa o contrário e 5,7% têm dúvidas. As mulheres (68,9%) são mais pessimistas que os homens (64,4) sobre a estabilidade da família actual.

Considerando o critério das idades dos inquiridos, a sondagem apurou que os jovens são os que mais acreditam na família; mais de 40% dos jovens entre os 15 e 25 anos negam a existência de crise no conceito de família, logo seguido pelo grupo dos 25 e 34 anos (35,1%). Estas percentagens aumentam com a idade, sendo as gerações mais idosas as mais críticas quantos aos valores da família moderna.

Aumenta também o descrédito sobre a actual família em sujeitos com níveis socio-económicos e culturais mais reduzidos; ou seja, o reconhecimento da crise é maior entre os mais pobres. É no interior Norte (76,5%) e sul (73,4%) onde se obtiveram mais respostas positivas à pergunta formulada na sondagem.

As possíveis interpretações que estes resultados podem sugerir, entre outras, são:

a) O que parece estar em causa é o conceito patriarcal de família alargada, tal como era entendida há vários séculos; as sociedades industrializadas nuclearizaram a família com todas as vantagens e inconvenientes desta mudança. Esta leitura acenta no facto duma parte significativa de jovens, nomeadamente a residente nos grandes núcleos urbanos, rejeitar a ideia de que a família está em crise;

b) Por outro lado, a mudança de mentalidades que se começou a operar na sociedade portuguesa desde há 20 anos, após o 25 de Abril, poderá ter transformado a família tradicional, a tal que hoje está em crise, provocando consequências bruscas nas relações conjugais e parentais. E como todos somos um pouco resistentes às mudanças, ou seja, não há alteração radical de mentalidades de forma pacífica, é admissível que a turbulência se tenha instalado. Quando a acalmia regressar, assistiremos provavelmente ao retorno da estabilidade ao seio da família com outras características, outras prioridades, outros valores. Porque na vida dos homens, sistemas abertos, como na natureza, nada se perde, tudo se trans-

forma... e o sentido da evolução, seguindo Teillard, é para níveis de plenitude. Deste mesmo optimismo, partilha o sociólogo português Teixeira Fernandes: "A humanidade tem-se manifestado inventiva na sua maneira de organizar a família. Há que ser, por isso, optimista em relação ao futuro. Tudo dependerá dos apoios dados e das soluções encontradas".⁵

Portanto uma aproximação séria, responsável, serena e multidiversa à realidade da família não poderá colocar entre parêntesis uma série de factores que hoje são óbvios, sob pena de fazer uma leitura demagógica e falseada duma realidade que queremos repensar, compreender e potenciar porque, na verdade, não existe outra comunidade social onde a solidariedade seja mais desinteressada e mais baseada em razões afectivas, sentimentais e humanas.

1. A diversidade de modelos de família.

Que a família seja uma célula básica da sociedade não quer dizer que seja uma realidade monolítica. Os diversos tipos de família foram-se transformando em função da época, da geografia, do desenvolvimento técnico e social, do reconhecimento do pluralismo cultural e das minorias étnicas e ainda do desenvolvimento das ideias. Existem vários modelos de família, porque há diversas maneiras de imaginar e de querer realizar a felicidade, em consonância com o actual pluralismo social e cultural. Como salienta, o Presidente das Nações Unidas, no seu discurso inaugural do AIF: "Não existe uma definição única de família. Não existe um só modelo, a diversidade da sociedade está perfeitamente reflectida nas nossas famílias. Celebramos a família em todos os seus aspectos culturais e sociais. Lutamos para enaltecer a sua vitalidade, uma vitalidade que advém do sentido de comunidade que a família gera".⁷

Nas sociedades ditas desenvolvidas fala-se sobretudo da família nuclear, formada por pais e filhos em número cada vez mais reduzido, (desde 82 a média da fecundidade fixou-se em 1,5 criança por mulher), da família monoparental (um adulto e um ou vários filhos), de famílias de recasamento, onde podem coabitar filhos de vários casamentos com outros pais/mães, e ainda, famílias de uma só pessoa (velhinhos isolados ou jovens que não se casaram). Para não falar num estudo sociológico realizado nos

⁵ TEIXEIRA DE SOUSA, *Retrato da família*, em Magazine, Jornal de Notícias, 29 de Maio 1994, p.16.

⁷ BUTROS GHALI, *Discurso inaugural do A.I.F.*, 1993.

anos 80 num bairro de Chicago onde se chegava a descrever 86 modelos familiares (Kellan, Ensminger e Turner, 1980).

Mas a pluralidade de modelos é óbvia, também, nos países em desenvolvimento, onde existem agrupamentos de parentes (conjuntos de pessoas ligadas entre si por ascendência paterna ou materna), há famílias amplas (que integram várias famílias nucleares), há famílias poligâmicas, e há também famílias nucleares com diversas variantes.

Mas não pensemos que esta multiplicidade de modelos familiares apenas surgiu neste nosso século. Não se poderá esquecer a enorme liberdade sexual antes e fora do matrimónio em muitos países da Europa medieval e as altas taxas de filhos ilegítimos que denunciavam a hipocrisia do pretendido modelo único de família. O tecido familiar dos séculos passados deixava de fora, discriminando a um número importante de pessoas a quem, como não se lhes podia oferecer um verdadeiro lar, tinha-se de improvisar um apelido.

"Cada vez se torna mais irrealista falar da família e apresentar a teologia da família como se só existisse um único modelo familiar... A família assume várias modalidades e não é legítimo rotular de desvio todos os modelos que se distanciem do modelo tradicional. O teólogo não deve apresentar um só modelo de família cristã, sem correr o risco de impôr um modelo de família, produto das circunstâncias históricas concretas. O seu trabalho prioritário será de revelar com humildade e com grande desejo de respeitar o humano, a boa nova libertadora, aos cristãos que estão comprometidos com situações inéditas, porque as soluções de ontem já não são necessariamente eficazes e iluminadoras".⁸

2. A mudança nos papéis familiares: o novo papel da mulher

Mudaram as pessoas e os papéis desempenhados pelas pessoas na família. Hoje os papéis masculinos e femininos já não correspondem às normas impostas por uma visão rígida do mundo. Já não existe uma única maneira de construção da família e já não é a sociedade que estipula as responsabilidades do marido e da mulher, ou dos pais e dos filhos.

Ainda que não se tenha reconhecido totalmente a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, tem-se dado passos importantes neste

⁸ NORMAN PROVENCHER, *Hacia una Teologia de la familia: La Iglesia domestica*, em "Selecciones de Teologia", nº 84 (1982), pp. 275-276.

sentido. A presença da mulher, que se vai preocupando cada vez mais pela qualidade da sua própria vida como sujeito humano, vai-se afirmando e ampliando na família e na sociedade, definindo-se, deste modo, uma nova identidade de mulher. Isto obriga o homem a reajustar-se à nova situação, aceitando a construção duma relação baseada na igualdade, na cooperação e na solidariedade.

A fonte de ingressos económicos já não chega à família através do trabalho do homem, assim como as tarefas domésticas não constituem parcela exclusiva reservada à mulher. O marido já não é a instância suprema que decide verticalmente os conflitos no seio da família.

A actual situação de desemprego produziu, nalguns casos, ainda que minoritários, que as mulheres trabalhem fora e o marido seja o principal responsável pelas tarefas domésticas e educação dos filhos. Há indícios, nalguns países da Europa, de pais (esposos) que reduzem o seu investimento na carreira profissional, para possibilitar o investimento na carreira à esposa, dedicar mais tempo à família, aprendendo a conciliar a sua carreira profissional com uma paternidade vivida mais em profundidade, na partilha de funções com a mulher, deixando de ser o pai ausente que apenas se preocupa com os recursos materiais da família.

3. Existe ainda uma forte mudança de valores.

Numa sociedade cada vez mais individualista, valoriza-se muito mais a decisão pessoal frente ao compromisso jurídico-religioso social/eclesial. O vínculo matrimonial que antes se respeitava, pelos menos em teoria, hoje põe-se em causa em nome do respeito pela liberdade de opções pessoais.

O divórcio é uma possibilidade a que muitos recorrem de forma fácil para resolver conflitos dentro do matrimónio; em Portugal desde o ano 80 até 90 o número dos divórcios subiu 50%, ou seja, de 6000 para 9000 divórcios.⁹

Outros preferem assumir um mero compromisso pessoal com outra pessoa, uniões de facto, em lugar de se vincularem juridicamente por meio do matrimónio, seja cívil seja eclesial. Decresceu, na prática, uma estima em relação ao matrimónio. Um estudo realizado na Alemanha em 1963

⁹PEREIRA, E.M. & SILVA, M. A., 1990, Ministério do Emprego e Segurança Social, Direcção geral da família.

indicava que 90% da população via o matrimónio como uma realidade fundamental e necessária; outro estudo realizado em 78 com população da mesma idade, apenas 41% considerava muito importante o matrimónio.

Estas tendências reflectem um maior relativismo ao nível dos valores e das orientações de vida. Para isso importa acentuar que o culto da família se esvaziou das suas antigas prescrições sacrificiais em benefício da relação íntima e pessoal, e dos direitos do sujeito livre. Posto isto, logicamente reconhecemos que a família se tem vindo a tornar estruturalmente instável, ainda que a sua estabilidade continue a ser reconhecida como um facto dotado de um valor ético-social e religioso. É óbvio que estas mutações culturais e ideológicas sacudiram a família na sua estabilidade e submeteram-na a um processo de crise, que é fundamentalmente de valores e de perda de espiritualidade.

Perante este novo cenário, a questão que se coloca é a de saber se a comunidade familiar será capaz de se adaptar positivamente aos novos desafios, mantendo os seus traços essenciais tal como os conhecemos. Acredito que sim. Continuo a pensar que a primeira e decisiva batalha se trava no plano dos valores, ou seja, no encontro do homem consigo próprio nas suas referências mais profundas. Não para sustentar modelos saudosistas, definitivamente ultrapassados, de família e desprovidos de realismo. Não para isolar a família como um sistema fechado sobre si mesma, num processo autista face às transformações operadas no meio que segundo o princípio da termodinâmica tendem à entropia/dissipação. Mas, sobretudo, promover uma concepção dinâmica de família que lida de forma adaptativa com as flutuações, para sair mais reforçada e autónoma para potenciar os seus traços essenciais de partilha, solidariedade, entreajuda e amor rumo ao desenvolvimento e autonomia de todos os seus membros.

Porque continua a ser na família que o ser humano encontra o seu melhor suporte emocional e o primeiro centro irradiador de esperança e auto-estima. Por isso, a família deve assumir-se como um elemento activo da mudança e como um factor de defesa dos valores que resistiram ao tempo, porque são os mais fortes e os mais humanos. E ainda, a família não pode ser um elemento passivo à espera da intervenção e dirigismos políticos externos, sujeitando-se a uma ditadura e manipulação dum estado paternalista que invade os espaços mais recônditos da privacidade pessoal e comunitária. Neste sentido é dever do estado cooperar, apoiar e estimular o desenvolvimento pleno das funções específicas das famílias, não devendo substituí-las, no que lhes é e deve ser próprio.

4. A influência dos mass-média na construção duma cultura familiar

Vivemos numa cultura, sob pressões derivadas onde os mass-media têm um peso poderoso na estruturação de comportamentos, pensamentos, sentimentos e valores, invadindo o espaço privado e íntimo da família, substituindo-a na transmissão duma cultura familiar específica às novas gerações.

Nem sempre os educadores souberam e sabem manter-se imunes ao obscurecimento dos valores fundamentais, nem actuar com consciência crítica frente às mensagens ambíguas e por vezes demagógicas veiculadas pelos média, sendo sujeitos activos na filtragem do que pode favorecer o crescimento da família.

Numa análise muito breve, às mensagens que nos chegam diariamente sobre a família através dos meios de comunicação social, nomeadamente pela televisão, constatamos um panorama deveras preocupante. Saliento quatro pontos básicos:

1. Uma escassa ou nula protecção aos menores, por parte dos poderes públicos, dos proprietários dos meios e dos próprios pais, frente à agressividade/violência das mensagens emitidas pela televisão;

2. Os meios de comunicação, especialmente a televisão, estão-se a constituir nos responsáveis pela transmissão de valores, comportamentos, substituindo a família numa das suas funções tradicionais de educação cultural. Neste sentido, não poderemos esquecer a responsabilidade dos pais no seu passivismo e indiferença, frente à situação.

Embora os estudos realizados nos digam que os jovens preferem a prática do desporto, a música, e até mesmo a leitura, em alternativa à televisão, para a recriação dos tempos que dispõem, para a maioria, a única alternativa que lhe resta é o écran televisivo, visto ser a actividade mais fácil, cómoda e menos dispendiosa para os pais.

3. Nos meios de informação prolifera uma alta percentagem de sucessos da vida familiar, marcados pela violência e a agressão, apresentando o amor como uma experiência que se vive unicamente nos momentos de prazer e na espontaneidade, ridicularizando, com frequência, o valor da fidelidade como obstáculo á liberdade. Normalmente, as cenas da vida a dois são reduzidas a situações ideais, apaixonadas e românticas provocando nos jovens expectativas irrealistas. Surge sempre a perspectiva mais morbosa, agressiva e vil do contexto familiar. Nos jornais diários explora-

se quase sempre as notícias sensacionalistas da família com um carácter trágico-dramático. Na televisão, nos grandes debates sobre a família são exploradas temáticas de rupturas e tragédias familiares ou pessoais para garantirem a absurda guerra das audiências. (Veja-se a audiência do medíocre e eticamente suspeito programa da Alexandra Lencastre: "Perdoa-me").

A culpa, não é exclusivamente dos média, mas também dos tele-espectadores, porque se existe a "televisão lixo", é em parte porque sustentam milhares de "olhares lixos" que convertem estes programas nos de maior audiência.

4. Por fim, os meios de comunicação contribuem para expandir e reforçar modelos plurais e duvidosos de comportamento familiar e sexual. Neste sentido, tem um papel importante as chamadas "revistas sentimentais", cuja tiragem é superior aos jornais diários, sendo lidas por mais membros da família do que os jornais; e a audiência das infundáveis telenovelas passadas diariamente nos quatro canais que são largamente preferidas aos programas com um carácter mais cultural e formativo.

Como alguém dizia: "A televisão é o gesto mais totalitário que invade o recôndito da família"¹⁰ que poderá moldar a cultura da família, caso esta não seja crítica frente às mensagens veiculadas.

Como constata o Papa, "não raramente ao homem e mulher de hoje, que procuram sinceramente e profundamente respostas aos graves problemas da sua vida matrimonial e familiar, são oferecidas visões e propostas sedutoras, mas que comprometem de uma forma ou de outra a verdade e dignidade da pessoa humana. Esta oferta é frequentemente sustentada pela organização poderosa e espalhada por toda a parte, dos meios de comunicação social, que põe subtilmente em perigo a liberdade e capacidade de julgar com toda a objectividade.

Muitos, conscientes deste perigo em que se encontra a pessoa humana, empenham-se em fazer triunfar a verdade. Está com eles a Igreja, com o seu discernimento Evangélico, oferecendo-lhes o seu concurso em prole da verdade, da liberdade e da dignidade humana".¹¹

¹⁰ SEIXAS, MARIA JOÃO, em "Diário de Notícias", 27/2/94.

¹¹ *Familiaris Consortio* nº4.

5. Tensões, contradições e incoerências actuais sobre a realidade da família

A situação em que se encontra a família apresenta aspectos positivos e aspectos negativos: os primeiros, sinal da salvação de Cristo operante no mundo; os outros sinal da recusa do homem ao amor de Deus.

Por um lado, de facto, constata-se uma mais viva consciência da liberdade pessoal e maior atenção à qualidade das relações interpessoais, à promoção da dignidade da mulher, à procriação responsável, à educação dos filhos num contexto de segurança afectiva que promove a autonomia e a corresponsabilidade. Acrescente-se, a consciência da necessidade de desenvolver relações entre as famílias para uma ajuda recíproca espiritual e material, a redescoberta da missão eclesial própria da família e da sua responsabilidade na construção duma sociedade mais justa e solidária.

Por outro lado, não faltam sinais de degradação preocupante quanto a alguns valores considerados fundamentais na afirmação e preservação da família: uma errada concepção teórico-prática da independência dos esposos entre si; graves ambiguidades acerca da relação de autoridade entre pais e filhos; dificuldades concretas, que a família experimenta na transmissão dos valores; número crescente de divórcios; praga do aborto; recurso cada vez mais frequente à esterelização, a instauração duma mentalidade contraceptiva... A falta de meios fundamentais para a sobrevivência que atingem as famílias dos países pobres: alimento, trabalho, habitação, saúde, educação em oposição à mentalidade consumista dos países ricos.

A situação histórica em que vive a família apresenta-se com um conjunto de luzes e sombras. Isto mostra que a história não é simplesmente um progresso necessário para o serviço do homem e da sua maior qualidade de vida, mas antes um acontecimento de liberdade, e mais ainda, um combate entre liberdades em conflito; ou seja, como diz S. Agostinho, um conflito entre dois amores: o amor de Deus levado até ao desprezo de si próprio, e o amor de si próprio levado até à rejeição de Deus.¹²

Da análise realizada, saliento uma série de constatações que põem em manifesto as tensões, contradições e incoerências das famílias da actualidade:

¹² *Familiaris Consortio* nº6.

– Aumenta o valor do matrimónio entre os jovens, mas simultaneamente continuam a aumentar os índices de uniões livres e a descida da nupcialidade;

– Cresce a convicção de que um filho necessita dum lar com pai e mãe para se favorecer o desenvolvimento harmónico e integral, num contexto de segurança, mas simultaneamente aprova-se sem grandes critérios, as famílias de monoparentalidade e vão aumentando o número das mães solteiras;

– O adultério justifica-se cada vez menos e existe a preferência para o matrimónio religioso, mas exige-se por parte dos jovens e adultos, uma total liberdade sexual.

– Valoriza-se cada vez mais os filhos que provêm duma relação estável e comprometida, dando consistência à família, mas diminui estrondosamente a taxa de natalidade.

– Continua-se a considerar a família como o principal agente de comunicação de crenças, valores e comportamentos, e simultaneamente assistimos de forma quase passiva à dominação cultural e educativa da televisão e ao assumir de funções por parte do estado, demitindo-nos das nossas responsabilidades como parceiros interessados no diálogo.

– A mulher cada vez mais se aproxima duma simetria com o homem no desempenho de funções nos vários âmbitos da vida, mas a sua imagem continua a ser degradada e utilizada nos meios de comunicação como instrumento de utilização dos “machos latinos”.

– Por um lado favorece-se um clima de maior diálogo na família onde as decisões são negociadas e partilhadas; por outro lado, gera-se um clima de confusão de ideias e papéis familiares: os pais inseguros demitem-se do seu papel de educadores. Alguns pais para evitarem o autoritarismo, sofrem do chamado “imperialismo dos filhos”, sendo vítimas sistemáticas das chantagens dos filhos que os controlam a seu bel prazer.¹³ Se não é possível continuar a ser pais autoritários, como foram os do passado, porque o poder dos filhos na família não permitirá esse regresso ao passado, também não deveria ser viável a emergência do modelo de pais-irmãos, abdicando dos valores e convicções de figuras de referência, falsamente aderindo ao vestir, falar e à música juvenil, perdendo definitivamente a

¹³ MONGE, MANUEL SANCHEZ, *Antropología y Teología del matrimonio y la familia*, Ed. Atenas, Madrid 1987, pp. 12-13.

esperança de se poder influenciar o futuro dos jovens, com a pretensão de os cativar... "a inversão da hierarquia familiar ou a igualização dos pais leva inevitavelmente à ausência de modelos organizativos das relações intra-familiares".¹⁴

– Por um lado, as leis estatais dizem garantir os direitos fundamentais da família, mas na realidade constata-se a ausência dum política clara e eficiente favorecedora da família: (onda de desemprego, educação, saúde, habitação... a lógica economicista que se impõe aos problemas humanos).

– Existe um forte paradoxo entre o que vemos e lemos sobre a família e o que vivenciamos quotidianamente. Numa análise aos mass-média percebe-se um clima hostil aos sentimentos familiares, que, entretanto aumentam em sua consideração entre os jovens e adultos; a maioria vive e deseja viver num contexto de família.

Poderíamos concluir que muitas destas incoerências e contradições que afectam a família são reflexo dum sociedade complexa e fragmentada e em crise de valores, onde se toleram todos os comportamentos e atitudes. No entanto, algumas destas incoerências poderão ser um forte e difícil desafio para todos aqueles que acreditam na coerência. Porque uma incoerência pode constatar-la qualquer pessoa, mas lutar para vencê-la somente o fará aquele que acredite e esteja disposto a apostar na família. Porque não há dúvida que a sociedade actual necessita da família. Só na família o indivíduo encontra a intensidade da vida em comum e a responsabilidade partilhada que provoca amor e compromisso. Só na família se cria um espaço-contraste com a sociedade actual. Na família estabelece-se relações, sentimentos, comunicações, valores fortes frente à debilidade e fragilidade social que nos rodeia. Na família podemos ser pessoas na nossa integridade e não objectos.

Perfil da família comum europeia

No ocidente, depois da crise de gerações dos anos sessenta, acompanhada de uma ofensiva contra a família, aparece nos anos 80, uma nova valorização da família. Esta nova apreciação resulta não somente da crise

¹⁴ SAMPAIO, DANIEL, *Inventem-se novos pais*, Ed. Caminho, Lisboa 1994, pp. 245-246.

económica e da necessidade de os filhos se manterem em casa dos pais, mas também do desejo autêntico dum segurança afectiva. A experiência diz-nos que em todos os momentos difíceis e dolorosos, surge uma tendência para reforçar os laços familiares.

Segundo os dados mais recentes de 1991 fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, o protótipo da família europeia seria: um pai, mais velho que a mãe, com dois filhos; esta opção atinge 50% dos casais constituídos entre os anos 71/85. Este inquérito confirma também a tendência a atrasar por parte dos filhos o abandono do lar; os filhos não se tornam autónomos em relação à família antes dos 25 anos; constituindo a sua família nuclear entre os 26-30 anos. As relações estáveis a nível de casal entre os homens começam por volta dos 25 anos e nas mulheres entre os 22-23 anos. Em 10% das famílias coabitam três ou mais gerações (avós, pais e filhos), e em 57% convivem pais e filhos.

Há já décadas que estamos a assistir a uma descida vertiginosa da natalidade. A média europeia anda por 1,5 filho por mulher; por outro lado, aumenta a esperança de vida: 73,5 anos para homens e 80 para mulheres, gerando-se um desequilíbrio entre a população activa e população na aposentação, com todos os problemas que esta situação vai colocar em termos de satisfação de vida. Segundo estudos sociológicos recentes, prevê-se sem qualquer risco de erro que no ano 2020 a relação entre os sujeitos em fase de aposentação (mais de 60 anos) e sujeitos entre os 20 e os 59 anos passará de 36% para 51%.

Segundo apontam os estudos, é na família onde o velhinho melhor satisfaz as suas necessidades emocionais e obtém o apoio e a ajuda para uma maior qualidade de vida, mas a disponibilidade da família para satisfazer essas necessidades torna-se uma missão irrealista, pelas condições e exigências actuais de dupla carreira na maioria das famílias da actualidade. Como solução possível, resta a hipótese da institucionalização em lares de terceira idade, ou então, o isolamento e solidão.

Nos últimos anos nota-se um aumento crescente de jovens que preferem o matrimónio cristão, embora se note um certo conformismo e pouca convicção, porque 44% dos mesmos acreditam que poderiam viver felizes sem terem institucionalizado a sua relação. No mesmo estudo: 82% dos jovens acreditam que o matrimónio não é uma realidade ultrapassada e um 92% considera que um lar com pai e mãe é fundamental para que uma criança se possa desenvolver integralmente em todas as áreas da vida.

Quando se estabelecem prioridades para que um matrimónio tenha sucesso, os jovens estabelecem a seguinte hierarquia: a fidelidade (78%), o mútuo apreço e respeito (73%), a compreensão e a tolerância (69%), os filhos (67%) e uma boa relação sexual (56%). Deduz-se destes dados que fazem depender o sucesso matrimonial de aspectos interpessoais e afectivos e não tanto em aspectos sociais e materiais.

As temáticas como o divórcio e o aborto encontram mais justificação com a maturidade. Hoje quase nenhum jovem questiona o divórcio e são muitos entre os católicos que estariam dispostos a divorciarem-se, caso o seu matrimónio fracassasse.

Uma questão importante que afecta a boa convivência familiar é o bom clima em que se desenvolvem as relações pais e filhos, tendendo a esbater-se as barreiras inter-geracionais. Como vimos os filhos abandonam cada vez mais tarde a casa paterna, daí que esta harmonia entre gerações seja fundamental. Segundo os estudos: 60% de pais e filhos partilham as mesmas normas morais e sociais, sendo o ponto de fricção mais acentuado a temática da liberdade sexual. A exigência duma liberdade sexual sem limites é revelada por 71% dos jovens entre os 18 e os 24 anos. Mas as discussões mais frequentes surgem quanto à negociação de sair à noite com amigos e quanto à hora de regresso a casa nos fins de semana.

Em definitiva os pais são mais tolerantes com os seus filhos, tendendo a desaparecer o tão proclamado conflito de gerações. Ou seja, os pais vivem na permanente necessidade de seduzir (oferecendo coisas), ou imitar os filhos, com a ideia que uma proximidade quotidiana mais agida que reflectida contribuirá para uma relação mais franca e aberta. Puro engano, porque tal proximidade gera confusão, pouca diferenciação e desorganização no sistema familiar.

A família de hoje agrupa pessoas com um sentido mais forte de autonomia pessoal, não concebendo o matrimónio como no passado. A família, nascida destes casamentos baseados na autonomia de cada um, na igualdade dos sexos e no equilíbrio entre o que se dá e o que se recebe, é por natureza uma família muito mais frágil, mas com relações de intimidade mais profundamente investidas. O ponto de apoio e estabilidade do casal já não reside na pressão da sociedade, nem no apoio da família alargada que normalmente não acompanha de perto o casal, mas na maturidade psicológica, no equilíbrio emocional e na profundidade ética e religiosa do compromisso assumido.

Quanto à sua ligação com o mundo onde se situa, também acentuaríamos os seguintes traços:

– Durante séculos, a família foi a instituição que executou quase todas as funções sociais (economia, política, religião, sistema de crenças e valores, educação...). Hoje, a família contenta-se em ser um espaço de relações interpessoais. O sentimento de responsabilidade mútua e de solidariedade diminuiu. As várias associações, os sindicatos, o estado, é que devem promover os vários serviços sociais: educação, saúde, idosos..., substituindo a família.

– Antigamente, a família era para muitos, uma forma de organização social forte. Hoje considera-se uma violência a imposição da estrutura social do casamento e prefere-se a espontaneidade duma relação natural, menos rígida e menos comprometedora.

– Antigamente, a família corria o risco de anular a personalidade individual para preservar o bem da família. Hoje a família enfrenta o risco do individualismo. Juridicamente, economicamente, o indivíduo é mais privilegiado do que a família. Os média exaltam os heróis solitários. Os valores oferecidos ou são individuais (criatividade, profissionalidade...) ou são universais (pacifismo, ecologia...). As biografias dos grandes homens raramente mostram, de forma clara, que toda a realização pessoal tem o seu ponto de partida num suporte familiar. Hoje, depois de se terem cantado louvores ao individualismo para libertar o homem do jugo do social, este arrisca-se a ficar mergulhado numa prisão mais insuportável: a solidão.

– Antigamente a família construía o projecto familiar a partir dos progenitores. A educação baseava-se na assimilação de um sistema de crenças e na reprodução de um modelo de indivíduo que prometia perpetuar um modelo de sociedade. Hoje existem modelos diversificados. A família de hoje submete-se mais aos média, aos poderes públicos, às correntes de opinião, do que os transforma, interferindo neles.

Como será a família do futuro?

Sem negarmos a crise dos modelos familiares, nem os valores importantes para garantir a saúde da família, é legítimo que nos perguntemos como será a família do futuro. Existem estudos prospectivos sobre a família

nos vários contextos socio-culturais e sob diversas leituras multidisciplinares. É normal que as múltiplas prospecções tentem descrever os rasgos mais característicos da família do futuro. Para alguns autores eminentes “nenhuma sociedade complexa pode sobreviver sem a família nuclear”. Outros crêem que esta família nuclear será substituída pelo casal livremente flutuante. Há quem prediga o retorno a uma família mais tradicional e menos permissiva que a actual.

Mas as nossas reflexões não se reduzem a meras abordagens descomprometidas que apenas constatarem com uma certa curiosidade os variados modelos de família expostos nas diversas montras do presente em época de saldo. É verdade que não parece viável projectar um modelo concreto de família para o futuro. Na família convergem características complementares. Por um lado é uma instituição que brota naturalmente. Toda a pessoa necessita de algum modo organizar as suas referências genealógicas como forma de sobrevivência como grupo humano. Não somos indivíduos isolados e órfãos, cada um no seu mundo, sem terra, sem lar e sem referências de origem. Há portanto uma dimensão de permanência. Mas ao mesmo tempo a família está submetida a um processo constante de mudança. Mudam os tempos e as culturas dentro de cada época. Chegamos deste modo à conclusão de que prevalecendo a família ao longo dos séculos, ela não mantém sempre a mesma configuração, mas terá que saber lidar com os desafios do meio integrando-os, garantindo o seu desenvolvimento.

No entanto não queremos limitar-nos a aventurar como será a família do futuro, mas expressar positivamente como queremos que ela seja, porque sabemos, em linhas gerais, que família queremos, como cristãos:

a) Essa família deve assentar sobre um compromisso matrimonial/Sacramento sério e estável; sem esta condição parece-nos difícil que se construam pessoas fortes e equilibradas, que respeitem a dignidade dos outros e sejam respeitadas, que não aprendam somente a receber mas sobretudo a dar com solidariedade.

b) Desejamos que nessa família reine um ambiente de verdadeira comunidade tendo como referência paradigmática a comunidade trinitária; porque a verdadeira família não é aquela que apenas se sente vinculada por um mero contracto jurídico e uns interesses económicos partilhados.

Como escreve maravilhosamente a carta dos direitos da família: “esta é o lugar onde se encontram diversas gerações, onde se ajudam mutuamente a crescer em sabedoria humana e harmonizar os direitos

individuais com as exigências da vida social”, ou como dizia o Primeiro Ministro no discurso da tomada de posse da comissão nacional para a preparação do AIF: “A família é reconhecida como o primeiro espaço de realização e de desenvolvimento da personalidade humana, de convivência solidária entre gerações, de transmissão de valores éticos, sociais, espirituais, cívicos e educacionais, garantindo a coesão do tecido social. Não se trata duma simples criação social, por isso não se limita a ser reprodutora das incidências resultantes das ideologias dominantes de cada época e lugar. O seu núcleo duro, tem até ao presente resistido à sedução das ideias e das modas, o que nos deve congratular” (1991).

c) Finalmente, e ainda que a lista dos desejos se poderia alongar mais, a família não deve fechar-se em si mesma mas abrir-se à sociedade, ou seja, formar pessoas conscientes que se comprometam com as mudanças no mundo socio-cultural onde se inserem e contribuam para o progresso, a justiça e para a paz.

Expressar desejos e querer que se cumpram implica o compromisso de trabalhar para que o desejo se converta em realidade. Proclamar em alta voz que família desejaríamos para o futuro implica um compromisso de sermos conscientes de qual é o futuro que cada um vai preparando com a sua própria forma de estar e construir família no dia a dia. Para operar a renovação desejada implica estar disposto a melhorar desde já a própria vida familiar. Porque a família do futuro já se está a construir no presente no dia a dia das nossas famílias.

Mas o grande investimento que nos deveríamos propôr como cristãos, não é tanto reflectir o modelo de família a reproduzir no futuro, mas sim, o que é que faz que uma família seja verdadeira família, e como é que ela participa na construção do reino de Deus, presente nas coordenadas da nossa história pessoal, familiar e social, comunicando à Igreja e ao nosso mundo a sua identidade profunda.

BIBLIOGRAFIA

- ANDOLFI, M. (1981), *A Terapia Familiar*, Lisboa, Ed. Vega.
- BEVIA, F.O. (1987), *Terapia Familiar Sistémica*, Sevilha, S.P.U.S.
- COSTA, M.E. (1994), *Divórcio, Monoparentalidade e Recasamento*, Porto, Ed. Asa.
- L'ABATE, L. (1981), *Handbook of Family Therapy* (2ªed.), New York, Ed. Brunner/Mazel.
- L'ABATE, L. (1985), *The Handbook of Family Psychology and Therapy*, Chicago, Ed. Dorset Press.
- MINUCHIM, S. (1974), *Families and Family Therapy*, Cambridge, MA, Ed. Harvard U. Press.
- MONGE, M. L. (1987), *Antropología y Teología del Matrimonio y la Familia*, Madrid, Ed. Atenas.
- PROST, A. (1991), *História da vida Privada: Da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias* (vol.V). Lisboa, Ed. Afrontamento.
- ROUSSEL, L. (1989), *La Famille Incertaine*. Paris, Ed. Odile Jacob.
- ROUSSEL, L. (1992), *O Futuro da Família, Sociologia: Problemas e Práticas*, nº11, pp. 165-179.
- SAMPAIO, D. & GAMEIRO, J. (1985), *Terapia Familiar*, Porto, Ed. Afrontamento.
- SAMPAIO, D. (1994), *Inventem-se Novos Pais*, Lisboa, Ed. Caminho.
- SENNETT, R. (1980), *La Famille contre la Ville*, Paris, Ed. Encre.
- TOCQUEVILLE, A. (1967), *OEUVRES COMPLÉTES*, Paris, Ed. Gallimard.
- WATZLAWICK, P., BEAVIN, J. H. & JACKSON (1973), *A Organização da Interação Humana*, S. Paulo, Ed. Cultrix, pp. 107-133.
- JORNAL NOTÍCIAS, Porto, 29/05/94, *Revista Magazine* nº 105, "O retrato da Família".